



SINOPSE SINTIUS

INFORMATIVO DIÁRIO DO SINDICATO DOS URBANITÁRIOS

12/08/2019

Disponível no site <http://www.sintius.org.br>

Reforma da Previdência é discutida no Senado

A chegada da reforma da Previdência ao Senado (PEC 6/2019) promete esquentar o clima na Casa a partir desta semana, quando começa a ser discutida na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa.

O relator senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), defende abertamente que os colegas confirmem o texto aprovado pelos deputados, sem nenhuma alteração para que a PEC não precise voltar à Câmara. Apesar de reconhecer que o texto votado na Câmara precisa ser melhorado, sobretudo no que diz respeito às novas regras de previdência de estados e municípios, o tucano defende que as alterações propostas pelos senadores estejam em PEC paralela que tem o apoio do presidente da Casa, Davi Alcolumbre (DEM-AP). Apesar do discurso de Tasso, vários parlamentares insistem que não querem ser meros carimbadores de decisões da Câmara.

Apesar de favorável à reforma, um desses nomes é o senador Plínio Valério (PSDB-AM). O parlamentar disse em plenário, na última semana, que está “muito preocupado com o que leu até o momento”. Segundo o senador, está claro que quem mais precisa de aposentadoria é o trabalhador de empresa privada, o funcionário público, e não os ricos do país. Insatisfeito com o texto nos termos em que foi aprovado pela Câmara, Plínio Valério ressaltou que espera que “o Senado não se furte ao seu papel de casa revisora”.

Também favorável à proposta, o senador Eduardo Girão (Podemos-CE) acredita que entre os pontos que precisam ser modificados no texto aprovado pela Câmara está o dispositivo antifraudes na concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Ele também defendeu a inclusão dos estados e municípios na reforma.

Já a senadora Eliziane Gama (Cidadania-MA) destacou que ainda há pontos a serem melhorados, como as pensões abaixo de um salário mínimo, a constitucionalização do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e a nova regra para o acesso do abono salarial.

Segundo a senadora, a intenção é trabalhar para que o texto final seja o mais próximo possível do que precisa o povo brasileiro. A senadora acrescentou que, se preciso, a oposição irá obstruir a votação, mas admitiu que poderá fazer um acordo, caso haja essa possibilidade — aprovando o texto base e criando uma PEC paralela com os trechos que os senadores considerarem prejudiciais.

Tramitação

A reforma da Previdência tem prazo de 30 dias para ser discutida na CCJ do Senado. Nesses primeiros dias, deverão ter debates em audiências públicas com a participação de representantes de trabalhadores e de empresários.

A expectativa é de que Tasso apresente o relatório na comissão no dia 28 de agosto. Depois de apreciada na CCJ a matéria precisa passar por dois turnos de votação no plenário da Casa onde para ser aprovada precisaria de 49 dos 81 votos de senadores em cada turno.

Leia mais: Jornal A Tribuna – 12/08/2019

90 serviços do INSS estão na internet

O INSS aposta na digitalização para agilizar o atendimento em todo o País. Dos 96 serviços oferecidos pelo órgão, 90 já estão disponíveis para acesso pela internet, por meio do portal “Meu INSS”, livrando o cidadão de sair de casa para comparecer a um posto da Previdência. Se você precisa de algum atendimento, confira o rol de procedimentos que se tornaram automáticos. Depois, basta usar o computador, acessando o meu.inss.gov.br, ou baixar o aplicativo no celular ou tablet (sistemas Android e iOS). Quem ainda não se cadastrou terá de fazer uma senha. Tenha em mãos dados pessoais, entre eles o PIS ou NIT. Também surgirão perguntas sobre vínculos empregatícios que estão registrados no sistema do INSS. Outra opção é ligar para a Central de Atendimento, pelo número 135.

NOVIDADE

A calculadora da aposentadoria por idade foi um dos últimos serviços a entrarem na era digital. Com ela, é possível computar quanto tempo falta para deixar a ativa, simular a renda inicial e mostrar se o segurado já tem realmente direito ao benefício. Além disso, dá para bloquear empréstimos consignados, agendar perícias médicas e atualizar dados cadastrais.

Fonte: Jornal A Tribuna – 12/08/2019

FGTS parado pode render mais do que fundos, poupança e até Tesouro Direto

Com a redução da taxa básica de juros para 6% e a expectativa de que ela termine o ano ainda menor, em 5,25%, deixar o dinheiro parado no FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) poderá se tornar mais vantajoso que a caderneta de poupança, os fundos de investimentos atrelados ao CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e até o Tesouro Direto, por mais incrível que isso pareça. O FGTS sempre foi alvo de críticas por render pouco ao trabalhador. Por lei, o fundo paga 3% ao ano mais a TR (Taxa Referencial, hoje zerada). Esse índice é menor que a atual inflação anual brasileira (o IPCA acumulado em 12 meses estava em 3,22% em julho). Ou seja, o investidor tem perda real. Então o que explicaria a vantagem do FGTS? A distribuição do lucro. Com ela, esse rendimento pode subir para 6,4%.

Neste ano, o governo anunciou que destinará aos detentores de contas do FGTS 100% do lucro do fundo em 2018, que foi de R\$ 12,2 bilhões. Serão contempladas todas as contas que tinham saldo disponível em 31 de dezembro de 2018. No ano passado, 50% do lucro de 2017, ou R\$ 6,23 bilhões, foi distribuído aos cotistas na proporção de R\$ 17,2 para cada R\$ 1.000 em conta, ou seja, 1,72% do valor total. Caso a proporção se mantenha nessa nova distribuição, serão R\$ 34,4 a cada R\$ 1.000, 3,44% a mais do total da conta. Somados aos 3% de rendimento do FGTS, a conta teria um ganho de 6,4% livres de Imposto de Renda. O dinheiro, que deve cair nas contas até o fim de agosto, é superior à rentabilidade atual da poupança, de 70% da Selic. Com a taxa básica a 6% ao ano, o juro da poupança fica em 4,2% anuais, também isento de impostos. Os fundos atrelados ao CDI, como LCI, LCA e CDB, também perdem para o FGTS. O CDI acompanha a Selic e tende a recuar com a taxa. No momento, o CDI está em 5,9% com a Selic a 6%

Mesmo prefixado, o CDB rende menos por ter incidência de Imposto de Renda, conforme a tabela regressiva. Em resgates após um ano de aplicação, 17,5% dos ganhos vão para a Receita Federal. Para que um fundo fosse mais vantajoso que o FGTS em um ano, ele teria que render 131% do CDI, com o DI a 5,9%, produto raro no mercado. Com a probabilidade de o DI ir a 5,15% ao final do ano, o fundo teria que render 150% do CDI no ano para superar os 6,4% do FGTS. O Tesouro Direto, queridinho dos investidores, também perde no período de um ano. Só no caso de a aplicação superar os 720 dias, em que a incidência do IR passa a ser de 15%, o Tesouro IPCA 2035, com IPCA a 3,8%, passa a ser levemente mais vantajoso.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 12/08/2019